

TÍTULO DO TRABALHO			
INTERPRETAÇÕES DO BRASIL: UM CAMINHO DE ACESSO METODOLÓGICO À CONTROVÉRSIA DOS MODOS DE PRODUÇÃO E DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Carla Curty	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Doutoranda
Maria Mello de Malta	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Professora
Bruno Borja	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	Professor
Juliana Nascimento	Universidade Federal Fluminense	UFF	Doutoranda
Filipe Leite Pinheiro	Universidade Federal Fluminense	UFF	Mestrando
Wilson Vieira	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Professor
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Este artigo busca estabelecer, a partir do referencial analítico baseado no materialismo histórico e na sistematização dos debates teóricos e da história do pensamento a partir das controvérsias, os elementos metodológicos para uma análise da controvérsia dos Modos de Produção e da Revolução Brasileira, inserida no campo das interpretações marxistas do Brasil.</p> <p>Identificamos nas interpretações do Brasil um movimento que Carlos Nelson Coutinho ([1988] 2011) identifica como a compreensão do <i>presente como história</i>, o que implica para ele, uma análise dialética da gênese e das perspectivas desse presente, com enfoque no movimento histórico processual. Também é marcante em suas obras a questão da formação do Brasil como uma questão de fundo, isto é, preocupavam-se com o debate do estabelecimento de um quadro social nacional mais autônomo que se contraporía à origem colonial do Brasil, marcada por diversos tipos de domínio, como cultural, político e econômico.</p> <p>A controvérsia dos Modos de Produção e da Revolução Brasileira é uma controvérsia seminal para a caracterização do processo e do estágio da formação econômico-social brasileira e sua evolução na história. No bojo da apresentação das diferentes visões sobre este processo de formação, os autores envolvidos na controvérsia apresentam seu projeto de transformação social, ou seja, discutem o caráter, a possibilidade e o processo por meio do qual se constituirá a Revolução Brasileira. Destacamos no debate, como será apresentado nos demais artigos que compõem a mesa, três autores e suas respectivas interpretações: Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Modos de produção brasileiros; Revolução brasileira; Formação social brasileira			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The purpose of this article is to establish - since an analytical point of view based on historical materialism, systematization of theoretical debates and history of thought from controversies - the methodological elements for an analysis of the controversy on modes of production and Brazilian revolution, inserted into the field of Marxists interpretations of Brazil.</p> <p>We identify in interpretations of Brazil a movement that Carlos Nelson Coutinho ([1988] 2011) identifies as a comprehension of <i>present as history</i>, what implies in his point of view, a dialectical analysis of genesis and possible perspectives of this present, focusing on procedural historical movement. It is also striking that in their works the issue concerning Brazil's formation is a matter of substance, i.e., they were concerned with the debate of establishing a more autonomous national social frame that would oppose to Brazil's colonial origin, characterized by various types of dominance such as cultural, political and economical.</p> <p>The controversy on Brazilian modes of production and revolution is a seminal controversy to characterize the process and stage of Brazilian social-economic formation and its evolution through history. Amid the presentation of different views on formation process, the authors involved on the controversy state their project for social transformation, i.e., debate on character, possibility and process by which the Brazilian revolution will take place. We highlight in the debate, as will be shown in other articles that composes the table, three authors and their interpretations: Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré and Jacob Gorender.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Brazilian modes of production; Brazilian revolution; Brazilian social formation			
EIXO TEMÁTICO			
Marxismo, insurreições e revoluções: teoria e história			

INTERPRETAÇÕES DO BRASIL: um caminho de acesso metodológico à controvérsia dos modos de produção e da revolução brasileira

Carla Curty¹

Maria Malta²

Bruno Borja³

Juliana Nascimento⁴

Filipe Leite⁵

Wilson Vieira⁶

1. Introdução

O presente trabalho busca estabelecer, a partir do referencial analítico baseado no materialismo histórico e na organização dos debates a partir das controvérsias, os elementos metodológicos para uma análise da controvérsia dos Modos de Produção e da Revolução Brasileira, no campo das interpretações marxistas do Brasil.

O estudo da história do pensamento através do materialismo histórico implica a percepção das disputas políticas e das diferentes visões de mundo por trás das posturas teóricas que se contrapõem em cada controvérsia específica. Suscitadas a partir de uma problemática concreta em seu contexto histórico particular, as controvérsias, no seu desenvolvimento, permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento. Isto é, considera-se o processo histórico de formação do pensamento expresso na obra do autor, com suas fontes, suas inflexões e suas sínteses próprias ao longo do tempo – sem tomá-lo como algo fechado e acabado, impassível de mudança. Do nosso ponto de vista, as controvérsias são um elemento fundamental para a organização dos debates no campo da história das ideias.

As controvérsias sempre se inserem em um momento histórico, buscando responder questões postas pela realidade concreta, em especial, em períodos marcados por intensas transformações. Conforme⁷ destaca Borja (2013, p. 26)

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia do IE/UFRJ e Pesquisadora do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA/ UFRJ).

² Professora Adjunta do IE/UFRJ, Diretora da Sociedade de Economia Política (SEP) e Coordenadora do LEMA.

³ Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Pesquisador do LEMA.

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da FE/UFF e Pesquisadora do LEMA.

⁵ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da FE/UFF e Pesquisadora do LEMA.

⁶ Professor Adjunto do IE/UFRJ e Pesquisador do LEMA.

⁷ Octávio Ianni também destaca esta questão da associação entre formulações sobre interpretações do Brasil e as rupturas históricas:

“Os grandes expoentes do pensamento realizam suas obras nos momentos de ruptura histórica das sociedades e tentam dar novo sentido de universalidade a sua produção teórica, reconstituindo, através de um processo de conservação-negação-superção, a universalidade perdida pelo pensamento hegemônico no período anterior.”

O período em que a controvérsia sobre os Modos de Produção e a Revolução Brasileira⁸ se estabelece, entre os anos 1950 e 1970⁹, revela-se bastante instigador, marcado pelo processo de modernização da sociedade brasileira, que gerou profundas transformações e rupturas estruturais e superestruturais na formação social brasileira, marcando praticamente todas as esferas da sociedade brasileira.

A controvérsia se estabelece imediatamente após o período (anos 1930) que marca a transição histórica do Brasil, de país agrário-exportador para urbano-industrial, isto é, período que marca o processo de modernização do Brasil, caracterizado pela tentativa de ruptura com as estruturas coloniais/portuguesas e suas características, como o domínio rural e agrícola, que caracterizavam o país. Bem como pela busca das possibilidades de constituição de um Estado-Nação autônomo, de fato. Este contexto de transformações e “modernização” se estende pelas décadas seguintes.

Do ponto de vista da organização da estrutura produtiva, é possível caracterizar as décadas de 1940 a 1970 pelo movimento de consolidação do processo de industrialização – que tem seu grau de modernização da estrutura produtiva do país, mas que é fortemente marcada pelas suas características periféricas e dependentes – e urbanização que já vinha ocorrendo, gerando diversas contradições. Estes processos de modernização, industrialização e urbanização da sociedade e economia brasileiras e suas contradições levaram, do ponto de vista da história do pensamento

“Ele se pensa de forma particularmente sistemática, no contexto de conjunturas críticas ou a partir de dilemas e perspectivas que se criam quando ocorrem rupturas históricas. Nessas ocasiões, a sociedade nacional como um todo, ou em alguns dos seus setores sociais mais atingidos pela ruptura, ou mais interessados nela, logo se põem a analisar o curso dos acontecimentos, suas raízes próximas e remotas, suas tendências prováveis no futuro.” (IANNI, 2000, p. 55)

⁸ O termo “Revolução Brasileira” começa a aparecer nos anos 1920 nos marcos do movimento tenentista (Del Roio, 2000) e o debate sobre o “Modo de Produção” passa a ser feito dentro dos marcos do PCB, de círculos universitários e sindicais a partir também dos anos 1920 (Lapa, 1980), no entanto, consideramos aqui os anos 1950 como um marco para a controvérsia porque é a partir deste período que o debate adquire maior relevância, atuação e repercussão.

⁹ A controvérsia sobre os modos de produção brasileiro tem desdobramentos até o início dos anos 1980, em especial com publicações realizadas por Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso. No entanto, este período já é uma fase de descenso do debate. Há também alguns escritos publicados nos anos 1940 pelos autores envolvidos nas controvérsias, mas esses não são as publicações fundamentais ou mais impactantes do debate. O núcleo do debate se estabeleceu entre os anos 1950 e 1970.

econômico, os debates a se organizarem em torno das questões do desenvolvimento, do subdesenvolvimento, do crescimento econômico, suas possibilidades e limitações.

O contexto de crescente polarização política no âmbito mundial, notadamente marcado pelas questões da Guerra Fria, também se revela um determinante importante, com a existência de diversos movimentos voltados para a questão da revolução nacional no âmbito dos países latino-americanos. Os graus de radicalidade dos movimentos nacionalistas que eclodem na região variam de país para país, como também variam ao longo do tempo, mas em todos eles há notadamente um forte teor popular, constituindo assim possibilidades de inserção das classes trabalhadoras nos movimentos e processos políticos de seus respectivos países. E, como não poderia deixar de ser fortemente destacado, neste período, também devemos destacar a brutal ofensiva conservadora que assolou a região, levando à instalação de golpes e ditaduras (civil/empresarial) militares em alguns países da região, a começar pelo Brasil em 1964.

Esses movimentos geraram inúmeras contradições e acirramentos políticos, econômicos e sociais, levando ao questionamento sobre os caminhos do país. Questionamento este no qual tanto setores mais conservadores quanto setores mais revolucionários marcaram suas posições, formulações, interpretações e intervenções.

Os processos de transição, disputas e questionamentos elencados se manifestaram tanto no âmbito da realidade concreta do país, quanto no âmbito dos movimentos de compreensão desta realidade. Neste contexto se destacam, no âmbito das ideias, o fortalecimento dos debates sobre o nacional desenvolvimentismo, o desenvolvimento, o subdesenvolvimento e a dependência, o projeto democrático nacional, as questões do processo de transformação estrutural da sociedade brasileira, a necessidade e formas de estabelecimento da indústria de base no país, e as questões em torno do crescimento econômico e sobre os possíveis rumos do país.

Os autores que contribuíram para a construção da controvérsia abordada tinham fortes laços políticos, todos eles ligados à esquerda, tendo tido algum grau de relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em algum momento de suas vidas ou ao longo de suas vidas, bem como relações com outras organizações no campo da esquerda. Não é exagero afirmar que buscaram intervir diretamente na realidade concreta do país e sobre seus rumos, sendo o debate teórico em torno da controvérsia dos Modos de Produção e da Revolução Brasileira totalmente indissociável do debate político da época.

A controvérsia dos Modos de Produção e da Revolução Brasileira é uma controvérsia seminal para a caracterização do processo e do estágio da formação econômico-social brasileira e

sua evolução na história. No bojo da apresentação das diferentes visões sobre este processo de formação e as transformações estruturais e superestruturais pelas quais o país passava na tentativa de modernização, os autores envolvidos na controvérsia apresentam seu projeto de transformação social, ou seja, discutem o caráter, a possibilidade e o processo por meio do qual se constituirá a Revolução Brasileira.

2. A noção de intérprete do Brasil

Coutinho ([1988] 2011, p.201) identifica o “mal estar” do final do século XIX e do início do século XX no Brasil, afirmando algo que vale para todo o pensamento radical¹⁰ desta época. O autor afirma que mesmo quando trata do passado, aquele pensamento tem sempre em vista a investigação do *presente como história*, o que implica, para ele, uma análise dialética da gênese e das perspectivas desse presente. Ainda que poucos autores da época possam reivindicar a dialética como lógica, em muitos casos utilizando métodos autodeclarados como positivistas, não é difícil identificá-la como uma invasão da lógica da história real, objeto do trabalho destes autores, no seu pensamento e formulação. Tratando-se de pensadores marxistas, este uso da análise de cunho dialético adquire tons ainda mais marcantes. Os pensadores identificados por Candido (1986) como *revolucionários* carregam em suas formulações este aspecto radical de fermento transformador marcado pela visão de mundo da classe trabalhadora, conforme poderá ser percebido nos autores que estão envolvidos na controvérsia aqui apresentada.

O campo que ficou conhecido como *interpretações do Brasil* apareceu, conforme destaca Ricupero (2008, p. 21), no período iniciado com o debate abolicionista e republicano, no final do século XIX, desdobrando-se com o estabelecimento e o desenvolvimento mais amplo da universidade no Brasil, nas décadas de 1920/30. É possível identificar nestes autores a questão da formação do Brasil como uma questão de fundo de seus trabalhos, isto é, preocupavam-se com o debate do estabelecimento de um quadro social nacional mais autônomo que se contraporía à origem colonial do Brasil, marcada por diversos tipos de domínio, como cultural, político e econômico. Geralmente suas obras tratam dos três momentos históricos, *o presente, o passado e o futuro*, isto é, começam com um grande balanço histórico – foco no passado –, analisam como os

¹⁰Antonio Candido, em seu artigo “Radicalismos” de 1986, estabelece uma categorização dos pensadores no Brasil como podendo pertencer a 3 categorias segundo seu posicionamento político-social: os pensadores poderiam ser conservadores, revolucionários ou radicais. O pensamento radical seria um modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais prementes, um pensamento gerado na pequena burguesia e em setores esclarecidos das classes dominantes que se identifica, em parte com os interesses das classes trabalhadoras, mas que se opõe a sua classe apenas até certo ponto. O radical pensaria os problemas e as soluções na escala da nação como um todo, passando por cima do antagonismo entre classes. Ainda assim, Candido afirma que o radical teve por muitas vezes papel transformador no pensamento brasileiro, pois foi capaz de avançar realmente, ou servir de fermento transformador em alguns contextos.

elementos deste balanço histórico e do processo de formação contribuíram para a construção do Brasil – o presente – e fecham com um programa político sobre como superar os problemas do país – futuro.

Nosso ponto é que um intérprete do Brasil tem consigo uma missão intelectual, pois busca, através da pesquisa histórica, compreender a realidade presente do país. As interpretações do Brasil se apresentam como um primeiro pensamento propriamente brasileiro autônomo em relação às teorias dos principais centros mundiais, abrindo caminho para um tipo de análise específica que dará destaque, ainda que de formas diferentes, à estrutura produtiva para tentar compreender o Brasil e sua formação. Em nossa compreensão, os autores envolvidos na controvérsia dos Modos de Produção e da Revolução Brasileira podem ser entendidos, portanto, como intérpretes do Brasil.

3. A questão do método e do objeto do pensamento social brasileiro: elementos da controvérsia dos Modos de Produção e da Revolução Brasileira

É necessário caracterizar o referencial utilizado neste trabalho e nos demais da mesa para a análise da história do pensamento social em geral, e brasileiro, em particular: parte-se da noção de que o pensamento é um movimento processual, e que as diferentes experiências históricas, os desenvolvimentos e formações teóricas, os posicionamentos políticos, sociais e ideológicos estabelecem forte influência sobre sua formulação (ainda que não seja necessariamente um movimento consciente por parte do sujeito que desenvolve o pensamento). Neste sentido, o sujeito formula um pensamento influenciado pelo desenvolvimento teórico elaborado até então e se posiciona em termos teóricos. Sua escolha teórica, por sua vez, é altamente influenciada por sua concepção de mundo e está condicionada a determinados contextos históricos concretos e específicos. O movimento histórico (pensamento e realidade) permite a formulação de interpretações e posicionamentos diversos sobre si mesmo, o que leva à existência de diferentes formulações, muitas vezes altamente conflituosas entre si. Deste conflito nascem controvérsias e debates confrontando distintas análises de uma mesma situação. Isto é, a história do pensamento social pode ser contada como a história das controvérsias¹¹ sob as quais florescem as contribuições científicas marcadas pela história e pela política¹², sendo o processo de construção desta história do

¹¹ Esta visão representa uma posição muito diferente da apresentada pela visão mais tradicional e difundida neste campo, que estabelece a história do pensamento como um processo contínuo, linear e evolutivo, no qual o pensamento contemporâneo seria a expressão mais desenvolvida do pensamento desenvolvido até então.

¹² A respeito da formulação deste método, ver Malta *et alli* (2011).

pensamento continuamente marcado por rupturas e disputas teóricas. Em síntese, trata-se de uma proposta de análise que tem como principal referência o materialismo histórico-dialético¹³.

Esta perspectiva da história do pensamento encontra similaridade com a perspectiva adota por Karl Marx, em especial em sua obra *Teorias da Mais-valia* (1905), parte constituinte do projeto editorial de *O Capital* (1867-1894), bem como na adotada por Isaak Rubin em *História do Pensamento Econômico* (1929).

Ao nos debruçarmos sobre a controvérsia dos Modos de Produção e da Revolução Brasileira buscamos compreender, com este panorama metodológico, como os intérpretes do Brasil analisaram e caracterizaram o processo de formação econômico-social brasileira. Mais especificamente, buscamos identificar a caracterização que os autores dão para (i) o *modo de produção*¹⁴ predominante, isto é, como caracterizam a forma dominante de trabalho; (ii) a identificação feita sobre qual tipo de *propriedade sobre a terra* que se estabelece; (iii) qual o *sentido* que identificam no processo de formação econômico-social que se desenvolveu no país, de maneira a explicitar os elementos políticos relacionados ao processo de construção desta formação, de modo a identificar a existência ou não de construção de uma nação. Buscamos compreender também como a partir desta reflexão sobre o movimento de formação do Brasil estes autores constroem suas análises sobre o horizonte político, suas formulações e propostas para os caminhos que o país necessita ou deve seguir para realizar os processos de transformações estruturais necessárias para superar a subordinação colonial, isto é, como caracterizam a *revolução brasileira*.

Neste movimento de análise destaca-se que o enfoque sobre a realidade histórica a ser estudada se volta, conforme afirma Lapa (1980, p. 14) “ora para as relações sociais de produção, ora para a trama das forças produtivas, percorrendo as etapas de produção, distribuição, circulação e consumo do seu sistema de produção”, de maneira a buscar compreendê-la em seus diversos aspectos. É importante destacar que neste movimento analítico de construção do pensamento social está presente a noção de pensar o conjunto que engloba a estrutura econômica de uma determinada sociedade e seu processo de formação social de maneira indissociável, totalizante. O pensamento social brasileiro não é diferente. Ainda que os autores tenham em comum a história contada pelas estruturas produtivas e sociais, suas obras são marcadas por visões de mundo que recortam de modos diferentes a realidade sobre a qual escrevem.

¹³ Afinal, “as ideias de uma época são a expressão intelectual das relações sociais vigentes com todas as contradições e as influências herdadas da história, cuja dinâmica é dada fundamentalmente pela luta de classes.” (Malta *et alli*, 2011,p. 34)

¹⁴ É interessante destacar que no período, em especial nos anos 1950, há no marxismo internacional um importante debate sobre a *transição do feudalismo para o capitalismo*, envolvendo autores como Maurice Dobb, Paul Sweezy, H.K. Takahashi, Rodney Hilton, Christopher Hill, Eric Hobsbawn, entre outros. Ainda que tenham questões específicas diferentes, não se pode negar que este debate fora gerou alguma ressonância no debate brasileiro.

Se tomarmos emprestado de Ricupero (2008) a ideia de que a formação seja um tema recorrente em um país com passado colonial e persistente situação de dependência, e se somarmos a noção de que a missão intelectual de um intérprete do Brasil é compreender a formação da nação em perspectiva histórica, encontramos um típico desafio de cientista social em geral, e de marxistas, em particular¹⁵: compreender a realidade para transformá-la. No caso específico da controvérsia aqui enfocada, este desafio é posto em sua completude, pois os autores envolvidos na controvérsia sobre os modos de produção e da revolução brasileira que serão tratados nesta mesa se identificam com o campo marxista e realizam suas análises com o objetivo de compreender a realidade brasileira para transformá-la, com diferentes propostas de acordo com suas diferentes interpretações.

A preocupação com o estabelecimento de um quadro social autônomo, que se contrapusesse à situação de subordinação colonial é a chave para um pensamento que coloca no seu centro dinâmico principal o que ocorre internamente no país, como no caso da controvérsia aqui em questão. As interpretações do Brasil são marcadas pela análise das formas estruturais da produção social da vida material, que se expressam em determinadas relações sociais necessárias e independentes de sua vontade e às quais correspondem relações de produção referentes a uma determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais. Ao mesmo tempo um intérprete não poderá deixar de perceber que sobre esta estrutura se levanta uma superestrutura jurídica, política e correspondentes formas da consciência social¹⁶ que necessariamente compõem seu objeto. Assim, as tentativas de interpretar o Brasil não conseguirão escapar das artimanhas de seu objeto e acabarão cedendo lugar, aqui e ali, à dialética, ao radicalismo e à crítica.

Para compreender a nação que aqui se formara ou que poderia vir a se formar era necessário dispor-se a desvendar a realidade brasileira e propor uma explicação para a formação econômico-social que se apresentava dentro das fronteiras do Estado Nacional. A controvérsia sobre os Modos de Produção e a Revolução Brasileira se insere exatamente neste movimento. A realidade, a base material, tinha que ser o ponto de partida destes autores e o foi.

A controvérsia sobre os *Modos de Produção*¹⁷ e a *Revolução Brasileira* se articula em torno da análise do processo histórico brasileiro, versando sobre as questões da estrutura da produção

¹⁵ É importante fazer a ressalva que no caso brasileiro a missão intelectual de compreender a realidade para transformá-la a partir de reflexões sobre o processo histórico de formação não foi tomada apenas, e nem mesmo em sua maioria, por autores marxistas.

¹⁶ A leitura de Marx e Engels (1859) revelará a referência do raciocínio.

¹⁷ É interessante destacar que no período, em especial nos anos 1950, há no marxismo internacional um importante debate sobre a *transição do feudalismo para o capitalismo*, envolvendo autores como Maurice Dobb, Paul Sweezy, H.K. Takahashi, Rodney Hilton, Christopher Hill, Eric Hobsbawm, entre outros. Ainda que tenham questões específicas diferentes, não se pode negar que este debate fora gerou alguma ressonância no debate brasileiro.

social da vida nesta nação que aqui se forma, assim como em torno da caracterização da forma dominante de trabalho e da propriedade sobre a terra que se estabelece no período analisado. Para a caracterização desta controvérsia foram elencadas as interpretações mais marcantes e influentes neste debate, que caracterizam visões bastante distintas sobre o modo de produção aqui construído e que derivaram em formulações e hipóteses acerca da revolução brasileira distintas entre si: Caio Prado Junior (1942; 1966) e a noção de que o Brasil se constrói desde sua origem já *inserido na dinâmica capitalista mundial*; Nelson Werneck Sodré ([1958 (1963)]; 1962), autor que desenvolve uma tese do *feudalismo* no Brasil; Jacob Gorender (1978) e sua análise sobre o modo de produção brasileiro como *escravismo colonial*. Sintetizamos o argumento central de suas posições, que serão apresentadas com maior detalhamento nos demais trabalhos da mesa (conforme referência), nos seguintes parágrafos.

Sodré buscava compreender as especificidades da formação social brasileira e neste processo analítico, concluindo que o modo de produção brasileiro não poderia ser caracterizado como capitalista, pois havia monopólio da terra e relações de trabalho não assalariadas. Identificava que a formação econômico-social brasileira ainda era de base feudal, dando origem a uma formulação específica para o modo de produção brasileiro¹⁸, apoiado na ideia de *regressão feudal*¹⁹, uma forma específica que seguiria à decomposição do modo de produção colonial escravista, que, por sua vez seria resultante de um processo de *regressão escravista* originado na colonização portuguesa (Pinheiro *et alli.*, 2015, p. 3). Para Sodré, o desenvolvimento do capitalismo em algumas regiões da Europa teria levado ao recrudescimento dos laços servis em outras regiões que se associavam às regiões europeias através do processo de colonização e imperialismo. Usa o mesmo raciocínio na explicação do escravismo estabelecido na colônia, que se associavam às regiões europeias através do processo de colonização e expansão marítima. Isto é, com o tempo, os latifúndios escravistas da colônia, voltados para a exportação, foram envolvidas por relações sociais de natureza feudal, ampliando-se a dominação feudal no campo, substituindo (Reckziegel, 2011, p. 326). Para Sodré, a Revolução de Avis não possuía caráter capitalista, sendo motivada por questões militares, além disso, o processo de divisão de terras entre os senhores vencedores da guerra, que sucedeu à revolução, levou à reafirmação do feudalismo (dotado de características *sui generis*) na Península Ibérica. Logo, Portugal não poderia ser compreendido como capitalista, assim, o Brasil, sua colônia, também não poderia. O Brasil teria herdado de Portugal uma estrutura produtiva feudal, que, ao se deparar com as condições materiais do novo mundo, haveria nova regressão,

¹⁸ Para maiores detalhes sobre o modo de produção brasileiro caracterizado a partir da noção de regressão feudal ver Pinheiro (2013); Pinheiro *et alli.*(2015), Rocha (2011) e Silva (org., 2008).

¹⁹ A interpretação do modo de produção brasileiro a partir do conceito de regressão feudal – na obra *Formação Histórica do Brasil* (1962) – marca um momento de inflexão da interpretação do Brasil realizada por Sodré.

dessa vez, ao modo de produção escravista. A decomposição do escravismo, com a abolição da escravidão e a proclamação da República, daria lugar ao processo de regressão feudal. Como na República seguiu havendo monopólio da terra e várias relações de trabalho se estabelecem de maneira vista por Sodré como não-capitalistas, instituídas em figuras como parceiro, meeiro, morador, etc., Sodré caracteriza o modo de produção vigente na realidade brasileira – na virada do século XIX para o século XX e na primeira metade do século XX – como feudalismo. Um feudalismo com mediações adequadas para captar as especificidades do caso brasileiro, um feudalismo à brasileira.

Em síntese, Sodré identificava que a formação econômico-social brasileira ainda era de base feudal, dando origem a uma formulação específica para a Revolução Brasileira, que deveria construir a nação e a burguesia nacional, portanto, seu caráter seria democrático-nacional, burguês.

Caio Prado Júnior é identificado por vários autores²⁰ como o autor que elaborou a primeira interpretação marxista²¹ do Brasil. É também o intérprete do Brasil inserido na controvérsia dos Modos de Produção e da Revolução Brasileira cujas análises são mais conhecidas e difundidas. O senso comum em história do Brasil difundido tem como noção a ideia da colonização brasileira inserida no processo de expansão marítima europeia e a noção, associada à anterior, de que não houve passado colonial no país, mas, poucos sabem que ambas as noções foram formuladas por Caio Prado Junior. No entanto, na época em que apresentou suas formulações, esta não era a visão consensual, em especial, dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), onde militava. Caio Prado não via o materialismo histórico como um conjunto de fórmulas com pretensão valor universal e não aceitou as teses da 3ª Internacional para os “países coloniais, semicoloniais e dependentes” transmitidas de Moscou para o *Bureau Sulamericano da Internacional Comunista* (localizado em Montevideu) e irradiadas de lá como modelo único, recomendando a todos a criação das condições para a realização de uma revolução burguesa, mas tão pouco era um relativista ou adaptacionista teórico. Assim, Caio Prado Junior não deixa de afirmar o marxismo como método para a interpretação de diferentes experiências históricas.

Caio Prado vê o Brasil Colônia como formado no contexto da expansão ultramarina europeia, sendo uma colônia de exploração. Tais colônias teriam como característica a produção de bens de alto valor no mercado externo, organização produtiva em grandes unidades (grandes propriedades) e utilização preponderante de trabalho escravo. O *sentido da colonização* brasileira

²⁰ Entre os comentadores que sustentam esta opinião destaca-se: Francisco Iglésias, 1982; Carlos Nelson Coutinho, [1988] 2011; e Bernardo Ricupero, 2008.

²¹ Octávio Brandão, em 1926, publicara *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. O próprio autor nos anos 1950 reconhece os limites do seu trabalho em virtude da aplicação mecânica de uma visão stalinista do marxismo.

seria produção em larga escala de gêneros tropicais para o mercado mundial, como apresentado em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). É a partir desta avaliação da realidade histórica brasileira que Caio Prado propõe que as colônias de exploração reduziam-se a uma “vasta empresa comercial”, com ausência quase total de superestrutura: a escravidão estava baseada em relações de força. Assim, a vida orgânica da colônia era ligada à grande exploração que produzia os bens demandados pelo mercado externo. Como as necessidades da população eram ignoradas para este fim, o consumo desta população era atendido pelo setor inorgânico. O setor inorgânico era aquele que não pertencia à grande exploração e a ela tinha papel subalterno. A estrutura social colonial refletia esta divisão do setor orgânico da colônia: senhores rurais e escravos.

Em síntese, Prado Júnior, criticando Sodré, identifica a formação econômico-social brasileira no âmbito da expansão colonial europeia, identificando o modo de produção brasileiro como capitalista desde seu princípio, no entanto, também identifica a revolução a ser feita ainda como uma etapa democrático-nacional, pois percebe que mesmo que o sentido da colonização fosse capitalista o país não se formara como nação.

Jacob Gorender formula sua interpretação do modo de produção brasileiro como o *escravismo colonial* a partir da formulação deste conceito apresentada por Ciro Flamarion Cardoso (1975), no qual Cardoso²² buscava aplicar a categoria Modo de Produção para interpretar o período colonial no Brasil e nas colônias americanas em geral, formulando assim uma análise baseada em um modo de produção historicamente novo e singular, o *escravismo colonial*. A principal obra na qual Jacob Gorender apresenta a sua formulação acerca do escravismo colonial como explicação para a estrutura da formação social brasileira foi *O Escravismo Colonial* (1978). Obra na qual Gorender busca recuperar o conceito de modo de produção, a noção de sistema escravista e de sistema colonial, de maneira a construir os elementos de explicação da existência no Brasil de um modo de produção historicamente único, com leis de movimento próprias, dando destaque à dinâmica própria da colônia, com suas lógicas internas, trazendo uma explicação sobre a ocupação do território brasileiro, a peculiaridade da escravidão no país e os processos econômicos que se sucedem nesta sociedade específica, com a caracterização da produção como de natureza mercantil. (Malta *et alli*, 2015) Gorender considerava que as explicações que visavam inserir o Brasil desde sua colonização, através das exportações, na dinâmica capitalista e que, portanto, o Brasil era e sempre teria sido capitalista ou as visões que percebiam no Brasil elementos de teor feudal, as visões que analisavam o Brasil a partir de uma forma de feudalismo à brasileira não davam conta de

²² Cardoso realizou profundas pesquisas sobre o processo histórico colonial da Guiana Francesa, objeto de sua tese de doutorado, e da Costa Rica – pesquisas que o auxiliariam a formular sua interpretação sobre o modo de produção existente nas colônias latino americanas

explicar o processo de formação social brasileiro, tão pouco, de caracterizar o modo de produção aqui existente.

Sintetizando a visão de Gorender, o intérprete reconhece a inserção do Brasil no projeto de expansão colonial europeu, mas destaca o escravismo como a forma de organização produtiva predominante, caracterizando o escravismo colonial, um modo de produção específico da história brasileira, no contexto latino americano, que pode ser pensado como possuindo leis próprias de transformação que permitem sua transição direta para o modo de produção capitalista, o que leva Gorender a identificar o caráter da Revolução Brasileira.

4. Considerações finais

A controvérsia dos Modos de Produção e da Revolução Brasileira é um debate de grande importância para a historiografia do pensamento social brasileiro. No entanto, sua importância transcende seus elementos exclusivamente teóricos. As análises presentes nesta controvérsia são relevantes, primordialmente, por explicitarem movimentos concretos de intervenção na realidade, no que concerne aos rumos do país, bem como as disputas políticas e interpretativas desta realidade. Afinal, as formulações teóricas não podem ser dissociadas dos processos políticos e perspectivas de visões de mundo nos quais são formuladas.

Ao trabalharmos a história do pensamento a partir das controvérsias, torna-se mais evidente o caráter de disputa que envolve a construção de formulações do pensamento e as interpretações da realidade. Esta abordagem da história do pensamento ao explicitar o movimento material da realidade histórica como o elemento dinâmico da construção do pensamento, isto é, ao explicitar que são os fenômenos, mudanças e contradições da realidade que suscitam e instigam os pensadores – com suas diferentes visões de mundo, perspectivas políticas e formulações teóricas – a formularem diferentes interpretações para os processos da realidade, o que implica, formularem diferentes compreensões sobre os processos históricos passados que levaram à ocorrência dos fenômenos, formularem diferentes compreensões da conjuntura daqueles fenômenos, bem como formularem diferentes possibilidades para o devir futuro a partir daquela conjuntura, estabelece a percepção de que há diferentes formas de interpretar a realidade e os fenômenos e que estas diferentes formas estão em disputa. Estabelecendo assim, as controvérsias em torno das temáticas da realidade – as controvérsias podem se organizar por meio de debate direto entre os formuladores das diferentes interpretações e análises da realidade, mas também podem se organizar por meio de debates em torno do tema em si, não necessariamente com o diálogo entre os sujeitos das controvérsias, o que geralmente é a forma mais comum das controvérsias se estabelecerem.

Ao utilizarmos as controvérsias como o elemento organizador de nossa abordagem em história do pensamento, destacamos que além da interpretação da realidade estar sempre sob constante disputa teórica e política, a interpretação da história e, especificamente neste caso, da história do pensamento econômico também está em disputa. Afinal, além desta não ser uma abordagem amplamente utilizada na construção da história do pensamento, compreendemos que a forma como a história do pensamento é construída e como se decide organizar e sistematizar as controvérsias também estão sob disputa.

Sob nossa perspectiva, compreender como historicamente se construiu este debate, retomando seus principais elementos teóricos e a realidade histórica na qual se estabeleceu, bem como foram suas repercussões e desdobramentos é fundamental para dar espaço para novas críticas e formulações sobre as possíveis transformações sociais no Brasil.

5. Referências Bibliográficas

BORJA, Bruno. **A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**. 2013. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

CANDIDO, Antonio. “Radicalismos”. *In: Estudos Avançados* 4 (8), 1986.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1975.

COUTINHO, Carlos Nelson. “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”. *In: _____*. **Cultura e Sociedade no Brasil** – ensaios sobre idéias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 4ª edição, ([1988] 2011).

DA ROCHA, Marco Antonio. “Revolução Brasileira, dualidade e desenvolvimento: do nacional-desenvolvimentismo à Escola de Sociologia da USP”. *In: MALTA, Maria Mello de.*(coord.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro, IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011, p. 247-290.

DEL ROIO, Marcos. “A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de uma particularização de uma revolução burguesa em processo”. *In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos.* (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**, v. 4: Visões do Brasil. Campinas: Unicamp, 2000, p. 69-125.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

IANNI, Octávio. “Tendências do pensamento brasileiro”. *In: Tempo Social, revista de Sociologia da USP*, v. 12, n.2, 2010, p. 55-74.

LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução ao redimensionamento do debate”. *In: _____ (org.) Modos de produção e realidade brasileira*, p. 9-42. Petrópolis: Vozes, 1980.

MALTA, Maria Mello de *et alii*. “A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão”. *In: MALTA, Maria Mello de. (coord.). Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro, IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011, p. 23-52.

_____. “Jacob Gorender: modo de produção e transição tipicamente brasileiros para se pensar uma revolução socialista”. *In: Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*. Niterói, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). *No prelo*. 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Contribuição à crítica da Economia Política**, [1859]. *In: <http://www.vermelho.org.br/biblioteca.php?pagina=critica.htm>*.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Vols. 1-6. 24ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1867-1894 (2006)].

_____. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. Vols. 1-3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1905 (1980)].

PINHEIRO, Filipe Leite. **As interpretações do Brasil de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré: um debate sobre a revolução brasileira**. 2013. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Graduação em Ciências Econômicas do IE-UFRJ.

PINHEIRO, Filipe Leite *et alii*. “Nelson Werneck Sodré: feudalismo e revolução à brasileira”. *In: Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*. Niterói, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). *No prelo*. 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**, São Paulo: Companhia das Letras, [1942 (2011)].

_____. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966. [São Paulo: Companhia das Letras, 1966 (1978) (2014)].

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. “Nelson Werneck Sodré”. *In: AXT, Gunter; SCHÜLER (orgs.) Intérpretes do Brasil: cultura e identidade*, Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2011, p. 315-332.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

ROCHA, Marco Antonio da. “Revolução Brasileira, dualidade e desenvolvimento: do nacional-desenvolvimentismo à Escola de Sociologia da USP”. *In*: MALTA, Maria Mello de.(coord.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro, IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011, p. 247-290.

RUBIN, Isaak Ilich. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, [1929 (2014)].

SILVA, Marcos. **Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. **Introdução a Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1958 (1963)].

VIEIRA, Wilson *et alli*. “Caio Prado Junior: uma interpretação marxista do Brasil”. *In*: **Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente**. Niterói, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). *No prelo*. 2015.